

Apresentação do Dossiê

“Práticas socioculturais, patrimônio cultural e territórios”

Práticas socioculturais, patrimônio cultural e territórios

Socio-cultural practices, cultural heritage and territory

Fábio Castro (Universidade Federal do Pará)
Luiz Augusto Rodrigues (Universidade Federal Fluminense)
Renata Rocha (Universidade Federal da Bahia)

Apresentamos neste dossiê diversas reflexões do campo cultural, em especial aquelas que buscam tensionar a temática dos territórios e das territorialidades. Entendemos que tais discussões são bases expressivas para o campo da gestão e das políticas culturais. Assim, propomos aos leitores uma diversidade de olhares que se complementam na expectativa de melhor embasar os estudos em cultura, levando em consideração realidades brasileiras, e também algumas interfaces com outras partes do mundo.

O texto *Territórios da diplomacia cultural brasileira entre 2003 e 2010: continentes, países e cidades*, de Bruno do Vale Novais, apresenta como essa política pública foi realizada nas cidades, países e continentes por meio de três agentes: Ministério das Relações Exteriores (MRE), pelo Ministério da Cultura (MINC) e pelo Ministério da Educação (MEC) no período citado. O autor debruçou-se sobre a diplomacia cultural brasileira no primeiro decênio do século XXI focalizando as áreas de *Língua, Livro, Leitura e Literatura e Editoração*, afirmando que “o Estado brasileiro tem por desafio o entendimento de que é preciso passar a olhar tal vertente da política externa do País como recurso estratégico ao projeto contemporâneo de inserção internacional do Brasil”.

O artigo seguinte é de Monica Cristina Moreno-Cubillos. Intitula-se *Desafios da participação e da descentralização na gestão de políticas culturais nas cidades*. A inserção da participação e da descentralização como princípios para a gestão das políticas culturais é analisada tomando como exemplo a capital da Colômbia, mediante o levantamento documental de material normativo sobre políticas culturais nesse país e o estudo de caso intrínseco por meio dos depoimentos de diferentes sujeitos, dentro e fora da institucionalidade, que refletem sobre os mecanismos estabelecidos especificamente em Bogotá. Para tal fim, exploram-se os principais traços da governança urbana no período neoliberal e as particularidades dessa cidade, revisa-se a incorporação dos princípios de participação e descentralização nas políticas culturais e nas diretrizes para a gestão cultural da Colômbia e discute-se a forma como estes se materializam nas políticas culturais, visibilizando algumas fraquezas relacionadas com o desenho do sistema, a capacidade institucional e dos agentes culturais que agem nos espaços, a articulação entre diversos canais de participação e a incidência dos acordos em decisões como distribuição de recursos, entre outros. Finalmente, apontam-se alguns desafios em três perspectivas: a integração dos públicos nas discussões, o

grau de autonomia dos espaços, e a necessidade de debater a categoria 'cultura' como ponto de partida para a definição das linhas de intervenção.

Os estudos apresentados por Rachel Gadelha no artigo *Novas dinâmicas culturais: tensão e vitalidade nas cidades* pretendem trazer elementos para a reflexão sobre as dinâmicas culturais contemporâneas, abordando algumas mudanças que estão em curso e os desafios que estão postos para os agentes culturais no âmbito das cidades e suas repercussões em uma nova institucionalidade da cultura. Para tanto, faz-se um breve histórico das políticas culturais recentes no Brasil, de forma a facilitar a compreensão da conjuntura atual e proporcionar uma visão mais ampliada do campo cultural contemporâneo e de seus distintos agentes, entendendo-o como resultante, também, de um regime de valores e discursos com forte vinculação ao contexto social e político cultural do Brasil nas últimas décadas. A autora aponta como instigações para os estudos a identificação de novas dinâmicas da cultura e de movimentos de criação emergentes nas cidades, as questões que se configuram hoje e os desafios que estas impõem aos gestores culturais e aos demais agentes do campo; assim como a investigação de como esses novos fluxos se relacionam e afetam uma nova institucionalidade cultural.

Passando para a esfera municipal, o texto de Rafael Aquino - *Federalismo e relações intergovernamentais: uma análise dos processos de implementação e gestão dos Sistemas Municipais de Cultura* – se debruça sobre a efetividade da indução federativa na tomada de decisão dos municípios em pactuar com a política de organização intergovernamental da gestão cultural, proposta pelo Sistema Nacional de Cultura. A partir da análise documental e da coleta

de material empírico, realizada por meio de estudos de caso, busca-se evidenciar os aspectos discricionários, formais, técnicos, sociais e políticos envolvidos no processo de implementação e gestão dos Sistemas Municipais de Cultura. Foram tomados como objetos do estudo de caso os municípios de Betim, Contagem, e Sabará, em função das diferenciações políticas, administrativas e de recursos financeiros disponibilizados para viabilizar suas políticas locais de cultura. As administrações municipais enfocadas têm população superior a 100 mil habitantes e possuem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre os patamares alto e médio. Minas Gerais é o estado da federação com o maior número de municípios, somando um total de 853 governos locais, que possuem situação econômica e formação socioespacial bastante diversa. Neste contexto, o conjunto que forma a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) permite elaborar uma contribuição conceitual e analítica referente à efetividade do desenvolvimento local das políticas públicas de cultura, estabelecidas em regime de cooperação intergovernamental.

Os estudos sobre aspectos da realidade cultural mineira seguem no artigo de Clésio Barbosa Lemos Júnior: *"ICMS - Patrimônio Cultural": um estudo sobre a política pública de preservação cultural do Estado de Minas Gerais com ênfase no processo de Educação Patrimonial*. O autor argumenta que uma política pública, em particular, de preservação cultural, só se mostra correta e consequente quando além de contemplar medidas referentes à memória e identidade de um povo, baseia-se amplamente em uma concepção que integra as questões socioeconômicas, técnicas, artísticas e ambientais, articulando-as com as questões de qualidade de vida, meio ambiente e cidadania. Diante desse mote, o estudo foi organizado a partir da análise da política pública

de preservação do patrimônio cultural no Estado de Minas Gerais. Primeiramente abordou-se, de maneira sucinta, o histórico que deu origem a lei conhecida como “Lei Robin Hood”, responsável pelo ordenamento da referida política pública. Em um segundo momento tratou-se da especificidade do critério patrimônio cultural, cujo reconhecimento se dá pelo termo “ICMS - Patrimônio Cultural”. O processo de educação para o patrimônio cultural, tratado como educação patrimonial, foi abordado na terceira seção do artigo com enfoque nas ações que podem ser desenvolvidas para a efetiva aplicação dessa metodologia educacional. Por fim, algumas considerações foram feitas na tentativa de reforçar a temática e fomentar novas discussões.

Seguindo na lógica de se refletir sobre as leis de mecenato cultural, tem-se o artigo *Bongar e vencer nos editais: políticas públicas culturais, mercado e grupos artísticos populares*, de Gabriela Pimentel de Araújo, Leonardo Leal Esteves e Lady Selma Ferreira Albernaz. Este trabalho resulta da junção de duas pesquisas, feitas separadamente, mas orientadas pela terceira autora que o subscreve. Ambas são relativas à cultura popular e suas relações com as políticas públicas de cultura por meio de editais, os quais podem requerer novas estratégias de organização destes grupos, bem como implicam em sua provável inserção, bem-sucedida ou não, no mercado e indústria cultural, podendo ter desdobramentos para a autonomia de significados rituais que tais grupos expressam. Ambas as pesquisas basearam-se nos métodos da antropologia, por meio de trabalho de campo, que incluiu observação participante, elaboração de diário de campo, recolha de documentos e entrevistas. As reflexões sobre as tensões e desigualdades que marcam as relações entre mestres e grupos de cultura popular, Estado e mercado de cultura, nota-

damente a indústria cultural, toma como referência o caso do grupo Bongar, cuja fundação e a atuação salientam aspectos importantes sobre políticas públicas, voltadas às culturas populares, no estado de Pernambuco nas últimas décadas, cujas relações que são orientadas pelos instrumentos burocráticos dos editais para incentivo. Tentamos reunir sugestões para evitar que, nos editais, sejam feitas exigências que criem obstáculos para a autonomia financeira e ritual dos grupos de cultura popular.

Estudos sobre realidades paulistas, neste dossiê, iniciam-se com o texto de Valmir de Souza: *Cidadania Cultural: entre a democratização da cultura e a democracia cultural* que traz a análise de dois paradigmas de políticas culturais, democratização da cultural e democracia cultural, apresentando diferentes experiências de gestão cultural na Europa e no Brasil que adotaram estes dois modelos, com ênfase na gestão cultural em São Paulo.

Tais rumos são seguidos pelas reflexões de Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira no artigo *Cidade vista de dentro*, que busca articular à noção de democracia a de participação, na perspectiva de aumento da qualidade democrática. A participação democrática se efetua de maneira concreta no espaço local, na cidade. A partir da experiência de cogestão de uma ocupação cultural em Ermelino Matarazzo, firmada entre coletivos culturais e a Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, através de entrevista com um dos participantes do movimento, se atém às formas de articulação entre democracia representativa e democracia participativa, novas institucionalidades que permitam experimentações, sendo o campo da cultura privilegiado para isso.

Modelos de formação de agenda na análise de políticas públicas aplicados à cultura: o caso do projeto de Re-

estruturação do Acervo da Pinacoteca de São Bernardo do Campo, de Lúcio Nagib Bittencourt e Mayra C. A. Oliveira, discute a reestruturação do referido acervo, realizada de dezembro de 2016 a novembro de 2017, com recursos provenientes do Programa de Ação Cultural do Governo do Estado de São Paulo (ProAC). A questão levantada é se a entrada de recursos estaduais via Edital ProAC gerou desdobramentos para além do projeto, inserindo-o na agenda pública governamental, como problema público relevante para o município. Para respondê-la, os autores mobilizam referenciais teóricos relacionados ao estudo de formação de agenda na análise de políticas públicas, especificamente as teorias dos Múltiplos Fluxos e do Equilíbrio Interrompido. Além dessa revisão bibliográfica, os métodos utilizados envolveram a realização de análise do documento submetido ao Edital nº19/2016 - disponível para acesso público, pesquisa documental para o levantamento de dados quantitativos e entrevista semiestruturada com a coordenadora do projeto. Os resultados indicam que embora não seja possível afirmar que o projeto em discussão tenha entrado na agenda municipal, ele foi desenvolvido e gerou desdobramentos. Com isso, ao final, levantamos questionamentos acerca das contribuições e limites associados à mobilização desse referencial teórico para análise de políticas públicas, buscando contribuir para estudos futuros de diferentes formas de ação pública – em especial, as culturais.

Os estudos de Angela Cassia Costaldello e Francisco Bley - *Perspectivas e caminhos a partir de uma experiência prática em Curitiba* – têm como escopo investigar as legislações existentes acerca da prática do grafite no Brasil, evidenciando seus avanços históricos, e questionando suas insuficiências perante a realidade de seu exercício em âmbito lo-

cal. Para tanto, serão levadas em consideração as pesquisas do projeto “Clínica Direito e Arte” da Universidade Federal do Paraná, cujo trabalho ocorre junto a grafiteiros e artistas da cidade de Curitiba para a construção de políticas públicas para o setor em questão.

Os artigos seguintes focalizam em especial a questão do patrimônio cultural, em estudos que se debruçam sobre a cidade do Rio de Janeiro.

O artigo de João Domingues – *Os contratempos do espaço: patrimônio cultural imaterial e o Livro de Registro Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis* - discute as intervenções em áreas urbanas centrais e suas conexões com as políticas culturais. E, de maneira mais específica, como a radicalização da mercantilização do espaço urbano cria condições de interferência em processos de reconhecimento e vivência patrimonial. No caso em questão, destaca-se o imbróglgio envolvendo o processo de registro no Livro Patrimonial “Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis”, uma novidade nas políticas patrimoniais da cidade do Rio de Janeiro. O autor busca demonstrar a inexorabilidade das inscrições sociais nas relações espaciais e temporais, carregadas de conflitos discursivos, e sua determinação para a continuidade das expressões selecionadas no novo livro de registros imateriais.

Marina Bay Frydberg investiga *Os processos de (re)tradicionalização e patrimonialização no carnaval dos blocos de rua no Rio de Janeiro*. Como aponta a autora, o século XXI trouxe consigo a expansão do carnaval dos blocos de rua na cidade do Rio de Janeiro em proporções cada vez mais expressivas, tanto no número de blocos quanto no de foliões. Inseridos nesta recente valorização de brincar o carnaval, tais expressões culturais se veem em meio a uma dis-

cussão entre o aumento da rentabilidade econômica através da mercantilização da/na festa, associada à sua profissionalização, e a valorização de práticas tradicionais de se brincar o carnaval através da discussão da sua patrimonialização. Busca-se, a partir desse panorama, compreender o processo de (re)tradicionalização pelo qual vem passando o carnaval dos blocos de rua na cidade do Rio de Janeiro, problematizando os múltiplos significados que a noção de tradição carnavalesca tem para os diferentes agentes que organizam a festa e ações em prol de sua patrimonialização.

O artigo de Mariana Albinati, intitulado *Apropriação do patrimônio cultural na região portuária do Rio de Janeiro: políticas culturais entre a territorialidade e a exploração*. O estudo se debruça sobre diferentes agentes e ações de política cultural que disputam, no contexto do projeto Porto Maravilha, os discursos e práticas acerca da cultura na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, investiga as diferentes lógicas que operam a apropriação do patrimônio cultural materialmente situado ou simbolicamente referido na região: de um lado a lógica da territorialidade que, atuando em diversas escalas, é marcada pela apropriação simbólica, pelo sentido de pertencimento (diferente de propriedade) e pela produção de bens comuns urbanos; de outro a lógica da exploração, marcada pela apropriação privada do capital simbólico coletivo produzido por grupos culturalmente subordinados em políticas culturais promovidas por e para grupos dominantes. Para tanto, parte-se de um entendimento ampliado acerca das políticas culturais, reconhecendo suas diferentes esferas de produção (institucionais ou não, do Estado ou da sociedade civil), sem ignorar a posição privilegiada que o Estado – e a coalizão de poderes e favor da qual opera – detém na disputa pela legitimidade da

expressão das diferentes culturas que o espaço urbano reúne.

O texto *Cultura hip hop: Batalha dos Bombeiros - entre rimas e reivindicações*, de Amanda Rosiéli Fiuza e Silva, Sandra Rúbia da Silva, e Jonária França da Silva, descreve os resultados obtidos através de pesquisa etnográfica que analisou se a Batalha dos Bombeiros, evento da cultura *hip hop* da cidade de Santa Maria/RS, pode ser considerado um espaço de representações e reivindicações sociopolíticas. A investigação revelou tal prática cultural como cenário de múltiplos significados, isto é, a praça constitui-se em um espaço simbólico de resistência onde jovens oriundos das periferias da cidade, por meio das expressões culturais e da apropriação do espaço público, manifestam suas lutas sociais e reivindicam melhores condições de vida.

O dossiê termina com o artigo *Identidade e ethos conservador na política cultural. Estudo comparado França-Brasil*, de Marina Ramos Neves de Castro, que discute o *ethos* identitário das políticas culturais conservadoras, observando as práticas de controle e disciplina da identidade pelo Estado. A reflexão é realizada com base numa perspectiva comparada, observando a conformação histórica das políticas culturais da França e do Brasil.